Produção deste material didático: Narjara Mendes Garcia, Ângela Adriane Schmidt Bersh, Hardalla Santos do Valle, Alexandre Cougo de Cougo, Sarah Lima Mendes, Lindsey Machado de Oliveira
Luana Santos da Silva, Daniel Sperling e Zélia de Fátima Seibt do Couto

Coordenação geral:

Narjara Mendes Garcia, Ângela Adriane Schmidt Bersh, Hardalla Santos do Valle e Alexandre Cougo de Cougo

Equipe de apoio à coordenação geral:

Lindsey Machado de Oliveira
Luana Santos da Silva
Daniel Sperling
Zélia de Fátima Seibt do Couto

Coordenação de tutores:

Sarah Lima Mendes

Equipe técnica:

Daniel Sperling

Design da logomarca do curso:

Vitor Saquete Rodrigues

Design e edição deste material didático:

Hardalla Santos do Valle
Zélia de Fátima Seibt do Couto

Texto e revisão deste material didático:

Ângela Adriane Schmidt Bersh e Alexandre Cougo de Cougo

Apoio e financiamento: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (SECADI-MEC)

Módulo I - Crianças da Natureza: concepções

Ângela Adriane Schmidt Bersh (FURG)

Alexandre Cougo de Cougo (UFMS)

Em um episódio ocorrido há poucos dias atrás, um noticiário televisivo de grande alcance nacional noticia a presença de uma onça-parda em um espaço escolar urbano na cidade de Cascavel, interior do Paraná. Esse caso não é isolado, principalmente quando relembremos as repetidas situações envolvendo outras espécies em diferentes territórios brasileiros. Mas o importante para nós, nesse momento, é refletir uma produção narrativa contundente e que se fortalece quando essas “presenças” são percebidas: por que o referido animal sai da natureza para invadir o nosso espaço humano? O que estamos fazendo com estes e seus territórios para que necessitem invadir o nosso?

Essa narrativa não se dá livre de uma posição ideológica que ainda separa natureza e cultura, portanto, distingue os lugares do ser humano enquanto ente de vida e dos demais seres vivos de outros filos e reinos que também são seres da vida. Pois afinal, o que é a natureza? O ser humano é ou não natureza? Como separamos natureza e cultura quando pensamos na constituição sócio-histórica do ser humano? E daí, conseqüentemente, como pensar em territórios isolados, alguns de natureza e outros de humanos?

O atual modelo econômico hegemônico no mundo atuou diretamente não apenas no aprofundamento da distância humana para com a ideia de natureza, mas sobretudo com a intensificação da submissão de tudo que se compreende como natureza à satisfação unicamente da vida humana, desigual e excludente entre os próprios humanos, e calcada em uma exploração acelerada dos oceanos, florestas, comunidades tradicionais, solos, rios, entre tantos outros. Cambi (1999, p. 197) ao falar do nascimento do sistema capitalista, afirma que este “[...] nasce independente de princípios éticos, de justiça e de solidariedade, para caracterizar-se, ao contrário, pelo puro cálculo econômico e pela exploração de todo recurso (natural, humano e técnico)”.

A educação ambiental, por sua vez, nasce no século XX em consonância direta com as percepções cada mais latentes de uma dada finitude da vida humana, sobretudo quando destacamos as guerras com utilização de armas com poder de destruição em massa, a extinção de diversas espécies de animais, a produção agrícola assumindo o uso

intensificado de pesticidas, e o surgimento de movimentos contraculturais, pacifistas e ambientalistas. As primeiras conferências internacionais refletem um importante processo de constituição de diálogos que vão desenhando o que se começa a chamar de Educação Ambiental.

Esse movimento mundial também reflete a emergência da ação no Brasil, que conforme apresenta o texto base do Programa Nacional de Educação Ambiental, revisado em 2023, a educação ambiental surge “[...] pela emergência de um ambientalismo em consonância com as lutas por liberdades democráticas” (2023, p. 13), uma resposta direta ao momento ditatorial vivido pelo Brasil naquele contexto. Mas essa construção histórica envolveu também uma importante trilha de constituições de documentos legais que foram construídos ao longo dos anos e hoje estruturam a educação ambiental no Brasil, destacando a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e a Resolução do CNE nº 2, de 15 de junho de 2012, a qual estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

A partir destas bases legais e entendendo os movimentos de reflexão do campo da Educação Ambiental, costurados a partir de estudos e contribuições históricas de ambientalistas, educadores e pesquisadores, compartilhamos com o que nos revela Loureiro (2006, p. 23-24):

Tratamos da Educação Ambiental definida no Brasil a partir de uma matriz que vê a educação como elemento de transformação social inspirada no diálogo, no exercício da cidadania, no fortalecimento dos sujeitos, na superação das formas de dominação capitalistas e na compreensão do mundo em sua complexidade e da vida em sua totalidade. Diálogo entendido em sentido original de troca e reciprocidade, oriundo do prefixo grego dia, tornando-se a base da educação. Numa perspectiva transformadora e popular de Educação Ambiental, nos educamos dialogando com nós mesmos, com aquele que identificamos como sendo de nossa comunidade, com a humanidade, com os outros seres vivos, com os ventos, as marés, os rios, enfim, o mundo, transformando o conjunto das relações pelas quais nos definimos como ser social e planetário.

Partindo também dessa leitura, a educação das Infâncias está diretamente imbricada nesse movimento da Educação Ambiental, sendo que as práticas educativas na Educação Infantil são indicadas no artigo 9º da Lei 9795/1999, devendo perpassar também todos os níveis, etapas e modalidades da educação nacional. Por sua vez, o texto da Carta da Terra, um documento internacional de referência ao campo, traz em sua letra a do ponto 4 do seu primeiro princípio, a necessidade de “Reconhecer que a liberdade de ação de cada geração é condicionada pelas necessidades das gerações

futuras” (2000), e continuando em sua letra b, apontando que deve-se “Transmitir às futuras gerações valores, tradições e instituições que apoiem, em longo prazo, a prosperidade das comunidades humanas e ecológicas da Terra” (2000). É desta forma que destacamos que em nosso caminho de formação, questionar e projetar as interfaces e intersecções que mobilizam a Educação Infantil e a Educação Ambiental são nuances de um desenho em construção do campo da Educação Infantil Ambiental.

Conceituar Educação Infantil Ambiental (EIA) não é tarefa fácil, uma vez que envolve a intersecção de dois campos históricos de pesquisa e atuação. Contudo, a EIA visa estabelecer interações de coexistência, respeito e proteção entre os seres humanos, outros seres e elementos da natureza/cultura, no contexto da Educação Infantil. Nesse contexto, precisamos construir ações cotidianas que vamos denominar de práticas educativas pedagógicas, promovidas pelos adultos (educadores, professores) e/ou construídas nas minúcias identificadas através da curiosidade das crianças, enquanto processos de apropriação do mundo, sensibilização e cuidado das crianças nos territórios de vida, sentindo-se e compreendendo-se parte desse ambiente. Desta forma, a EIA avança para além dos discursos de preservação através da separação de resíduos, economia de água e manutenção da horta, para a compreensão da criança como corpo-território que expressa a natureza/cultura, e as potencialidades de pertencimento ao lugar e convivência com os outros seres.. É desde a infância que nós seres humanos aprendemos a conviver com empatia ou relações de afeto com o outro humano (seja ele adulto ou criança) e, com isso, nos sentimos mobilizados a cuidar dos outros seres e elementos que compõem a natureza.

Nesse sentido, é fundamental a abordagem da Educação Ambiental no cotidiano da Educação Infantil, uma vez que, nessa etapa da educação, a criança elabora valores que possivelmente a acompanharão por toda sua trajetória de vida. Outro sim, se a proposta é a formação das crianças na sua integralidade, conforme prevêm as diretrizes e legislações vigentes, a Educação Ambiental (EA) deve se fazer presente na formação desde os bebês (Bersch e Meneses, 2024).

Nessa lógica reflexiva, se faz imperioso visualizar e delinear possibilidades de ações educativo pedagógicas para além do contato e das interações com a natureza que avancem em termos propositivos e participativos, fortalecendo as relações de pertencimento da crianças ao seu meio. É fundamental a busca pela interdisciplinaridade nas proposições, “integrando, assim, as emoções, o respeito com os indivíduos, a colaboração, o sentimento de pertencimento, entre outros aspectos essenciais para a

formação dos indivíduos, bem como a construção de caráter, do senso de solidariedade e de justiça” (Rodrigues; Saheb, 2018, p. 574-575).

Partimos da premissa que a Educação Infantil Ambiental para que se efetive deve oportunizar que os adultos – sobretudo, os/as professores/as e educadores/as - proporcionem às crianças experiências práticas, permitindo que elas sintam, experimentem e se conectem com o ambiente natural. Essas ações ajudam as crianças a desenvolverem uma conexão mais profunda e significativa com o ambiente natural, estimulando seus sentidos, sua coordenação motora e sua criatividade de forma divertida e envolvente. Aqui lembramos de aulas, passeios, caminhadas, de teatros com elementos encontrados no pátio escolar, de brinquedos inventados com recursos diversos, piqueniques, entre tantas outras invenções pedagógicas que buscam a experiência de uma EIA com as crianças, e não para as crianças. Dessa forma, as crianças podem desenvolver uma relação mais próxima e significativa com a natureza, aprendendo de forma lúdica e participativa, o que contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e responsáveis pelo meio ambiente.

Desse modo, os processos formativos junto às/aos professoras/es podem representar o motor propulsor de ações educativas e pedagógicas com as crianças, uma vez que possibilitam que o docente/educador compreenda a relevância de na EI, desde os bebês, dialogar sobre territórios, sociobiodiversidade, pertencimento e diversidade cultural, sobretudo com ênfase nos biomas e culturas locais/regionais. Um reconhecimento do lugar de vida e, sobretudo, dos registros e significados que se voltam e costumam o pertencimento das crianças, das famílias e da comunidade.

Essas ações educativas-pedagógicas devem ser permeadas pela ludicidade. Quando o componente lúdico se faz presente e as crianças brincam ao ar livre, tocando, sentindo cheiros, ouvindo sons e explorando o espaço ao seu redor, inclusive nos espaços urbanos, elas aprendem de maneira mais prazerosa. Além disso, essas experiências promovem o bem-estar emocional, a socialização e o respeito pelo meio ambiente, pois as crianças aprendem a valorizar e cuidar da natureza desde cedo.

Para que esses e outros conhecimentos possam ser difundidos, discutidos e refletidos com as/os professoras/es a formação contínua é imprescindível. São esses espaços formativos que mobilizam e sensibilizam as/os participantes a compreender e efetivar a resiliência profissional, que “refere-se às possibilidades de a pessoa enfrentar de forma transformadora e ressignificada a exposição a certas circunstâncias, acontecimentos ou fatos adversos que geram condições de risco em seu ambiente de

trabalho” (Bersch, Yunes e Garcia, 2020 p.230). Portanto, nos diálogos coletivos é preciso orientar o grupo a respeitar a diversidade de ideias, crenças e valores, no intuito de canalizá-las para objetivos comuns dos envolvidos, para propostas educativas. Ter o foco na promoção da resiliência no contexto profissional é compreender que o/a professor/a pode ser um/a tutor/a de resiliência mobilizando ações que podem transformar e qualificar a sua vida, das crianças e do planeta.

REFERÊNCIAS

BERSCH, Ângela A. S.; BARBOSA Meneses, Tuany. As manifestações e relações das crianças com o meio ambiente e a natureza: reflexões a partir da sociologia da infância e da bioecologia. **REMEA - Revista Eletrônica Do Mestrado Em Educação Ambiental**, 41(3), 363–381, 2024. <https://doi.org/10.14295/remea.v41i3.1785>

BERSCH, Ângela A. S., YUNES, Maria A. M.; GARCIA, Narjara M. Interloquções da Educação Ambiental, da Abordagem Bioecológica de Desenvolvimento Humano e o conceito de resiliência profissional. **REMEA - Revista Eletrônica Do Mestrado Em Educação Ambiental**, 37(4), 228–246, 2020. <https://doi.org/10.14295/remea.v37i4.11157>

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Educação Ambiental por um Brasil sustentável: ProNEA, marcos legais e normativos** [recurso eletrônico]. 6. ed. Brasília: MMA, 2023. Disponível em: <https://salasverdes.mma.gov.br/wp-content/uploads/2023/12/Pronea-Digital-final.pdf> Acessado em: ago. 2025.

CARTA DA TERRA. 2000. Disponível em: <https://cartadaterrainternacional.org/leia-a-carta-da-terra/> Acessado em: 24 ago. 2025

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajectoria e fundamentos da educação ambiental**. 2. ed. São Paulo, Cortez, 2006.

RODRIGUES, Daniela G.; SAHEB, Daniele. A educação ambiental na educação infantil segundo os saberes de Morin. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 99, n. 253, p. 573–588, set. 2018. <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.99i253.3607> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/ywJYdTy7z7ZZzmDrKXXZn7H/abstract/?lang=pt>

Registro Avaliativo

Registro constituído na vivência do Módulo I

A nossa caminhada enquanto professores, educadores populares, entre outros, é marcada por um conjunto de vivências que não se constituem sem as bases de uma territorialidade e uma temporalidade que cruzam, integram, fronteirizam e atravessam nossas existências. Da mesma forma esse atravessamento já acontece antes mesmo de nos tornarmos professores e continuará também acontecendo mesmo quando nos encontrarmos longe do fazer educativo que hoje vivemos. O território e o tempo nos acompanham por comporem nossos desenhos de mundo, ao passo que também são diretamente frutos de nossas ações enquanto seres de vida. O território e o tempo são, junto a todos os seres da vida, não humanos e humanos, assim como no compasso das culturas de tantos mundos de uma mesma Terra, ou na força das relações de coexistência entre os seres, ou ainda na reverência às ancestralidades, e chegando à natureza manifesta em cada gota de orvalho no chão, em cada árvore ou musgo, ou em cada estrela do cosmos, uma manifestação do que chamamos Ambiente. E essa ideia de ambiente é que nos inspira a constituirmos e vivermos uma Educação Infantil Ambiental Crítica.

Reconhecendo essas presenças que nos acompanham desde quando nascemos até o último momento de nossa jornada neste planeta, sabemos que nossa caminhada envolve ambientes diversos, que apresentam características, histórias e horizontes muito próprios, por vezes únicos. Pensando exatamente nessas características, histórias e horizontes, questionamos: Qual ambiente você vê e sente no seu espaço de vida e atuação profissional? Qual é o ambiente das crianças com quem você atua? Como as crianças vivem e interagem com o ambiente que as constitui e constitui o espaço educacional?

Materiais complementares

Neste espaço indicaremos diversos materiais, como: livros, artigos, vídeos, podcasts, manuais, filmes, documentários e etc. Essa seleção de materiais visa auxiliar na compreensão sobre o módulo e propiciar suporte para a prática docente. Além disso, consideramos que os materiais complementares fortalecem a construção de um aprendizado significativo, respeitando o ritmo e as necessidades individuais de cada cursista.

Vídeos:

sabedoria das árvores

<https://www.instagram.com/reel/C-ocT3JtHZK/?igsh=NnRkenM4eTZmdDU2>

20 ideias para girar o mundo -- Ailton Krenak

https://youtu.be/f48HAu0bNPc?si=Kkv1WIo4d_L-2TLC

Entrevista:

O que é racismo ambiental e como combatê-lo?

<https://www.youtube.com/watch?v=akL5pjbA7Kc>

Podcast:

O que as crianças têm a dizer sobre o mundo em que vivem?

<https://lunetas.com.br/linguagens-infantis-o-que-as-criancas-tem-a-dizer-sobre-o-mundo-que-vivem/>

Músicas:

Plantadeira

https://youtu.be/P9gYuZZA_pE?si=utjBtaHneghQ6nVF

Leituras:

ALVES, Denise; PERALVA, Leide Marques. **Olhar Perceptivo** teoria e prática de Sensopercepção em Educação Ambiental: caderno de roteiros. Brasília, Ibama, 2010.

MAIA, Otávio; FREITAS, Tino. **Livro vermelho das crianças**. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Brasília, 2015. Disponível em www.canalciencia.ibict.br<chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgglefindmkaj/https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-diversas/infantil/Livrovermelhodascrianas2.pdf>

TIRIBA, Léa; GUIMARÃES, Mauro. **Infâncias, cuidado, liberdade, pertencimento: inspirações indígenas para uma pedagogia nativa**. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental - FURG v. 40, n. 2, p. 230-249, mai./ago. 2023. E-ISSN: 1517-1256.

TIRIBA, Léa; PROFICE, Cristiana Cabicieri. **Crianças da Natureza: vivências, saberes e pertencimento**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 44, n. 2, e88370, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623688370>

Contato do curso: admeiambiental@gmail.com